

Sumário

I. FONTES DO DIREITO PENAL	35
1.1. CONCEITO.....	35
1.2. ESPÉCIES	35
1.2.1. De produção, material ou substancial.....	35
1.2.2. Formal, de cognição ou de conhecimento.....	35
1.3. DIFERENÇA ENTRE NORMA E LEI.....	35
1.4. FONTE FORMAL IMEDIATA.....	36
1.4.1. Particularidade	36
1.4.2. Classificação	36
1.4.3. Características das normas penais	37
1.4.4. Norma penal em branco (cega ou aberta).....	37
1.4.4.1. Conceito	37
1.4.4.2. Classificação	37
1.5. FONTES FORMAIS MEDIATAS	37
1.5.1. Costume	38
1.5.2. Princípios gerais do direito.....	38
1.5.2.1. Princípio da insignificância (introduzido no sistema penal por Claus Roxin)	39
1.5.2.2. Princípio da alteridade.....	39
1.5.2.3. Princípio da confiança	40
1.5.2.4. Princípio da adequação social (teoria social da ação)	40
1.6. FORMAS DE PROCEDIMENTO INTERPRETATIVO	40
2. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	41
2.1. CONCEITO.....	41
2.2. NATUREZA.....	41
2.3. ESPÉCIES.....	41
2.3.1. Quanto ao sujeito que a elabora.....	41
2.3.2. Quanto aos meios empregados.....	41
2.3.3. Quanto ao resultado	41
2.4. O PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO REO</i>	42
2.5. INTERPRETAÇÃO PROGRESSIVA, ADAPTATIVA OU EVOLUTIVA	42

3. ANALOGIA	43
3.1. CONCEITO	43
3.2. FUNDAMENTO	43
3.3. NATUREZA JURÍDICA	43
3.4. DISTINÇÃO	43
3.5. NOMENCLATURA	43
3.6. ESPÉCIES.....	43
4. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	45
4.1. PRINCÍPIO	45
4.2. BASE CONSTITUCIONAL	45
4.3. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	45
4.4. ASPECTOS.....	46
4.4.1. Aspecto político	46
4.4.2. Aspecto histórico.....	46
4.4.3. Aspecto jurídico.....	47
4.5. PRINCÍPIOS INERENTES.....	47
4.5.1. Princípio da reserva legal.....	47
4.5.1.1. Reserva absoluta de lei	48
4.5.1.2. Taxatividade e vedação ao emprego da analogia	49
4.5.1.3. Taxatividade e descrição genérica.....	49
4.5.1.4. Conteúdo material do princípio da reserva legal	50
4.5.2. Princípio da anterioridade	53
5. IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL	54
5.1. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL	54
5.2. APLICAÇÃO.....	54
5.3. LEI PROCESSUAL	54
5.4. VIGÊNCIA DA LEI.....	56
5.5. CONCLUSÃO	56
5.6. QUESTÕES DE CONFLITO INTERTEMPORAL	57
5.7. HIPÓTESES DE LEI POSTERIOR	57
5.7.1. Competência para aplicação da <i>novatio legis in melius</i>	58
5.7.2. Dúvida quanto à lei mais benéfica.....	58
5.8. COMBINAÇÃO DE LEIS	59

5.9. <i>LEX MITIOR</i> E MEDIDA DE SEGURANÇA.....	59
5.10. DELITOS CONTINUADOS OU PERMANENTES – TEMPO DO CRIME PARA A FIXAÇÃO DA LEI APLICÁVEL.....	59
6. LEIS DE VIGÊNCIA TEMPORÁRIA.	60
6.1. LEIS AUTORREVOCÁVEIS.....	60
6.1.1. Característica	60
6.1.2. Fundamento.....	60
6.2. HIPÓTESE DE RETROATIVIDADE DA LEI POSTERIOR.....	60
6.3. ALTERAÇÃO DO COMPLEMENTO DA NORMA PENAL EM BRANCO	60
7. TEMPO DO CRIME E CONFLITO APARENTE DE NORMAS.	63
7.1. TEORIAS SOBRE O MOMENTO DO CRIME	63
7.2. TEORIA ADOTADA	63
7.3. CONFLITO APARENTE DE NORMAS	63
7.3.1. Elementos.....	64
7.3.2. Solução do conflito aparente de normas.....	64
7.3.2.1. Princípios que solucionam o conflito aparente de normas.....	64
8. TERRITORIALIDADE DA LEI PENAL BRASILEIRA	71
8.1. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE.....	71
8.1.1. Princípio da territorialidade absoluta.....	71
8.1.2. Princípio da territorialidade temperada.....	71
8.1.3. Princípio adotado	71
8.2. TERRITÓRIO NACIONAL	72
8.2.1. Componentes do território	72
8.2.2. Extensão do território nacional.....	72
8.3. HIPÓTESES DE NÃO INCIDÊNCIA DA LEI EM FATOS COMETIDOS NO BRASIL	73
9. EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL BRASILEIRA.	75
9.1. PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE	76
9.1.1. Formas de extraterritorialidade.....	76
9.1.2. Crítica à estrutura do dispositivo	76
9.2. PRINCÍPIOS PARA APLICAÇÃO DA EXTRATERRITORIALIDADE	76
9.2.1. Classificação das hipóteses de acordo com os princípios e as formas de extraterritorialidade	77

9.3. EXTRADIÇÃO	78
9.3.1. Princípio da não extração de nacionais	78
9.3.2. Princípio da exclusão de crimes não comuns.....	78
9.3.3. Princípio da prevalência dos tratados	78
9.3.4. Princípio da legalidade	78
9.3.5. Princípio da dupla tipicidade	78
9.3.6. Princípio da preferência da competência nacional	78
9.3.7. Princípio da limitação em razão da pena	78
9.3.8. Princípio da detração	78
10. LUGAR DO CRIME	80
10.1. TEORIA ADOTADA.....	80
10.1.1. Crime praticado em território nacional e resultado produzido no estrangeiro (crimes a distância ou de espaço máximo)	80
10.1.2. Conduta e resultado ocorridos dentro do território nacional, mas em locais diferentes (delito plurilocal)	80
10.1.3. Crimes de menor potencial ofensivo, sujeitos ao procedimento da Lei n. 9.099/95.....	81
10.2. REGRAS ESPECIAIS.....	81
11. CONTAGEM DO PRAZO.	83
11.1. INCLUSÃO DO DIA DO COMEÇO.....	83
11.2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	83
11.3. PRAZOS PROCESSUAIS	83
11.3.1. Contagem de mês e ano.....	83
11.4. PRAZOS FATAIS E IMPRORROGÁVEIS	84
12. TEORIA DO CRIME.	85
12.1. CONCEITO DE CRIME.....	85
12.1.1. Aspecto material	85
12.1.2. Aspecto formal ou analítico.....	85
13. FATO TÍPICO	86
13.1. CONCEITO	86
13.1.1. Elementos.....	86
13.2. FATO MATERIAL	86
13.3. CONDUTA	86

13.3.1. Conceito	86
13.3.2. Teorias da conduta	88
13.3.2.1. Naturalista ou causal	88
13.3.2.2. Finalista	90
13.3.2.3. Social	94
13.3.3. Elementos da conduta	96
13.3.3.1. Diferença entre ato e conduta	96
13.3.3.2. Ausência de voluntariedade	96
13.3.4. Formas de conduta	96
13.3.5. Teorias da omissão	97
13.3.5.1. Naturalística	97
13.3.5.2. Normativa	97
13.3.6. Formas de condutas omissivas	98
13.3.6.1. Crimes omissivos próprios	98
13.3.6.2. Crimes omissivos impróprios, também conhecidos como crimes omissivos impuros, espúrios, promíscuos ou comissivos por omissão	98
13.3.6.3. Omissivos por comissão	98
13.3.7. Caso fortuito e força maior	99
13.3.8. Consequência da exclusão da conduta	99
13.3.9. Sujeito ativo da conduta típica	99
13.3.10. Sujeito passivo da conduta típica	101
13.3.11. Objeto jurídico do crime	101
13.3.12. Objeto material do crime	101
14. RESULTADO	102
14.1. CONCEITO	102
14.2. DISTINÇÃO DE EVENTO	102
14.3. TEORIAS	102
14.3.1. Naturalística	102
14.3.2. Jurídica ou normativa	102
15. NEXO CAUSAL	103
15.1. CONCEITO	103
15.2. TEORIA	103
15.3. NEXO CAUSAL DOS DIVERSOS CRIMES	104
15.4. NEXO CAUSAL DOS CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS	105

15.5. SUPERVENIÊNCIA CAUSAL	106
15.6. CAUSA	106
15.6.1. Causa dependente	106
15.6.2. Causa independente.....	107
15.6.2.1. Causas absolutamente independentes	107
15.6.2.2. Espécies de causas absolutamente independentes	107
15.6.2.3. Consequências das causas absolutamente independentes	108
15.6.3. Causas relativamente independentes	108
15.6.3.1. Espécies	108
15.6.3.2. Consequência	109
15.6.3.3. Complicações cirúrgicas e infecção hospitalar.	109
15.6.3.4. Questão	109
15.6.3.5. Caso fortuito e força maior.....	110
15.6.3.6. Imputação objetiva.....	110
16. TIPICIDADE	111
16.1. CONCEITO DE TIPO	111
16.2. ESPÉCIES DE TIPOS.....	112
16.2.1. Permissivos ou justificadores	112
16.2.2. Incriminadores	112
16.3. CONCEITO DE TIPICIDADE	112
16.4. DIFERENÇA ENTRE TIPICIDADE E ADEQUAÇÃO TÍPICA	113
16.5. FASES DA TIPICIDADE	113
16.5.1. Fase da independência do tipo.....	113
16.5.2. Fase do caráter indiciário da ilicitude.....	114
16.5.3. Fase do tipo legal como essência da ilicitude.....	114
16.6. DIRETRIZ DOMINANTE.....	115
16.7. ADEQUAÇÃO TÍPICA	116
16.7.1. Espécies de adequação típica.....	116
16.7.1.1. Adequação típica de subordinação imediata....	116
16.7.1.2. Adequação típica de subordinação mediata.....	116
16.8. ESPÉCIES DE TIPO QUANTO AOS ELEMENTOS	118
16.9. TIPO FUNDAMENTAL E TIPOS DERIVADOS.....	118
16.10. ELEMENTOS DO TIPO	118
16.10.1. Objetivos	118
16.10.2. Normativos.....	118

16.10.3. Subjetivos	119
17. O TIPO PENAL NOS CRIMES DOLOSOS	120
17.1. INTRODUÇÃO	120
17.2. CONCEITO DE DOLO	120
17.3. TEORIAS	120
17.4. TEORIAS ADOTADAS PELO CÓDIGO PENAL	120
17.5. ESPÉCIES DE DOLO.....	120
18. O TIPO PENAL NOS CRIMES CULPOSOS	122
18.1. CULPA.....	122
18.2. NORMA	122
18.3. DEVER OBJETIVO DE CUIDADO.....	122
18.4. TIPO ABERTO	122
18.5. ELEMENTOS DO FATO TÍPICO CULPOSO.....	122
18.5.1. Previsibilidade objetiva	123
18.5.2. Previsibilidade subjetiva.....	123
18.5.3. Inobservância do dever objetivo de cuidado	123
18.6. ESPÉCIES DE CULPA.....	124
18.6.1. Culpa inconsciente	124
18.6.2. Culpa consciente ou com previsão.....	124
18.6.3. Culpa imprópria (também conhecida como culpa por extensão, por equiparação ou por assimilação).....	124
18.7. GRAUS DE CULPA	126
18.8. COMPENSAÇÃO DE CULPAS	126
18.9. EXCEPCIONALIDADE DO CRIME CULPOSO	126
18.10. PARTICIPAÇÃO NO CRIME CULPOSO	126
19. CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO	128
19.1. CONCEITO	128
19.2. ESPÉCIES	128
19.2.1. Conduta dolosa e resultado agravador doloso	128
19.2.2. Conduta culposa e resultado agravador doloso	128
19.2.3. Conduta dolosa e resultado agravador culposo	128
19.2.4. Conduta culposa e resultado agravador culposo	128
19.3. CONCEITO DE CRIME PRETERDOLOSO	128
19.4. NEXO ENTRE CONDUTA E RESULTADO AGRAVADOR	129

19.5. TENTATIVA	129
20. ERRO DE TIPO	130
20.1. CONCEITO	130
20.2. ERRO DE TIPO E ERRO DE DIREITO.....	131
20.3. ERRO DE TIPO E ERRO DE FATO.....	131
20.4. DIFERENÇA ENTRE ERRO DE TIPO E DELITO PUTATIVO POR ERRO DE TIPO	132
20.5. FORMAS DE ERRO DE TIPO.....	132
20.5.1. Erro de tipo essencial.....	132
20.5.1.1. Característica do erro essencial.....	133
20.5.1.2. Formas.....	133
20.5.1.3. Efeitos.....	133
20.5.1.4. Descriminantes putativas.....	134
20.5.1.5. Conclusão	137
20.5.2. Erro de tipo accidental.....	137
20.5.2.1. Conceito	137
20.5.2.2. Característica	137
20.5.2.3. Espécies de erro de tipo accidental	138
21. CRIME CONSUMADO	141
21.1. CONCEITO	141
21.2. DIFERENÇA ENTRE CRIME CONSUMADO E EXAURIDO.....	141
21.3. A CONSUMAÇÃO NAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CRIMES.....	141
21.4. <i>ITER CRIMINIS</i>	141
21.4.1. Cogitação.....	141
21.4.2. Preparação	142
21.4.3. Execução	142
21.4.4. Consumação	142
22. TENTATIVA	143
22.1. CONCEITO	143
22.2. NATUREZA JURÍDICA	143
22.3. ELEMENTOS	143
22.4. FORMAS	143
22.5. INFRAÇÕES PENais QUE NÃO ADMITEM TENTATIVA.....	143
22.6. TEORIAS	144

22.7. CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA	144
23. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. . . .	145
23.1. INTRODUÇÃO.....	145
23.2. CONCEITO DE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA.....	145
23.3. CONCEITO DE ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	145
23.4. ARREPENDIMENTO INEFICAZ.....	145
23.5. DISTINÇÃO ENTRE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	145
23.6. DISTINÇÃO ENTRE ATO VOLUNTÁRIO E ATO ESPONTÂNEO	146
24. ARREPENDIMENTO POSTERIOR	147
24.1. CRÍTICA.....	147
24.2. NATUREZA JURÍDICA.....	147
24.3. CONCEITO	147
24.4. DISTINÇÃO ENTRE ARREPENDIMENTO EFICAZ E ARREPENDIMENTO POSTERIOR	147
24.5. REQUISITOS	147
24.5.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa	147
24.5.2. Reparação do dano ou restituição da coisa.....	147
24.5.3. Voluntariedade do agente.....	147
24.5.4. Até o recebimento da denúncia ou queixa	148
24.6. OUTRAS EXCEÇÕES.....	148
24.7. APLICAÇÃO	149
24.8. CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DE PENA	149
24.9. COMUNICABILIDADE A COAUTORES E PARTÍCIPES	149
25. CRIME IMPOSSÍVEL	150
25.1. NOMENCLATURA	150
25.2. CONCEITO	150
25.3. NATUREZA JURÍDICA	150
25.4. HIPÓTESES DE CRIME IMPOSSÍVEL	150
25.4.1. Ineficácia absoluta do meio.....	150
25.4.2. Impropriedade absoluta do objeto.....	150
25.5. DELITO PUTATIVO POR ERRO DE TIPO	151
25.6. DELITO PUTATIVO POR OBRA DO AGENTE PROVOCADOR (TAMBÉM CHAMADO DE CRIME DE FLAGRANTE PREPARADO, DELITO DE ENSAIO OU EXPERIÊNCIA).....	151

25.7. TEORIAS	151
25.7.1. Sintomática	151
25.7.2. Subjetiva	151
25.7.3. Objetiva	152
26. CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	153
27. ILICITUDE	158
27.1. CONCEITO	158
27.2. DIFERENÇA ENTRE ILÍCITO E INJUSTO	158
27.3. ESPÉCIES	159
27.4. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE	159
28. ESTADO DE NECESSIDADE	160
28.1. CONCEITO	160
28.2. TEORIAS	160
28.3. NATUREZA JURÍDICA	160
28.4. REQUISITOS	160
28.4.1. Situação de perigo	160
28.4.1.1. O perigo deve ser atual	160
28.4.1.2. O perigo deve ameaçar direito próprio ou alheio..	160
28.4.1.3. O perigo não pode ter sido causado voluntariamente pelo agente	161
28.4.1.4. Inexistência do dever legal de arrostar o perigo.	161
28.4.2. Conduta lesiva	161
28.4.2.1. Inevitabilidade do comportamento	161
28.4.2.2. Inexigibilidade de sacrifício do interesse ameaçado	162
28.4.2.3. Conhecimento da situação justificante	162
28.4.3. Causa de diminuição de pena	162
28.4.4. Formas de estado de necessidade	162
28.4.5. Excesso	162
29. LEGÍTIMA DEFESA	163
29.1. CONCEITO	163
29.2. FUNDAMENTO	163
29.3. NATUREZA JURÍDICA	163
29.4. REQUISITOS	163

29.4.1. Agressão	163
29.4.1.1. Conceito de agressão	163
29.4.1.2. Agressão injusta	164
29.4.2. Agressão atual ou iminente	165
29.4.3. Agressão a direito próprio ou de terceiro	165
29.4.4. Meios necessários	165
29.4.4.1. Conceito	165
29.4.4.2. Desnecessidade do meio	166
29.4.5. Moderação	166
29.4.5.1. Conceito	166
29.4.5.2. Excesso	166
29.4.6. Conhecimento da situação justificante	167
29.5. DIFERENÇAS ENTRE LEGÍTIMA DEFESA E ESTADO DE NECESSIDADE	167
29.6. COEXISTÊNCIA ENTRE ESTADO DE NECESSIDADE E LEGÍTIMA DEFESA	167
30. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	168
30.1. CONCEITO	168
31. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	169
31.1. CONCEITO	169
31.2. OFENDÍCULOS	169
31.3. DEFESA MECÂNICA PREDISPONTA	169
32. CULPABILIDADE	170
32.1. CONCEITO	170
32.2. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA PARA A SUBJETIVA	170
32.3. PERÍODO PRIMITIVO DO DIREITO PENAL	170
32.3.1. Talião	171
32.3.2. Período do direito romano	171
32.3.3. Período germânico	171
32.3.4. Idade Média	171
32.3.5. Período moderno	172
32.3.6. Escola clássica	172
32.3.7. Escola positiva italiana	172

32.3.8. Período atual	173
32.3.9. <i>Vesari in re illicita</i>	173
32.4. TEORIAS	173
32.4.1. Psicológica da culpabilidade	174
32.4.2. Psicológico-normativa ou normativa da culpabilidade.	174
32.4.3. Normativa pura da culpabilidade	175
32.4.4. Teoria estrita ou extremada da culpabilidade e teoria limitada da culpabilidade.....	176
32.5. TEORIA ADOTADA PELO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO	176
33. IMPUTABILIDADE.	178
33.1. CONCEITO	178
33.2. REGRA	178
33.3. CAUSAS EXCLUDENTES DA IMPUTABILIDADE	178
33.3.1. Doença mental	178
33.3.2. Desenvolvimento mental incompleto.....	178
33.3.3. Desenvolvimento mental retardado.....	178
33.4. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA INIMPUTABILIDADE	179
33.4.1. Sistema biológico	179
33.4.2. Sistema psicológico.....	179
33.4.3. Sistema biopsicológico.....	179
33.5. EMBRIAGUEZ	179
33.5.1. Conceito	179
33.5.2. Fases	179
33.5.3. Espécies	180
33.5.3.1. Não acidental.....	180
33.5.3.2. Acidental	181
33.5.3.3. Patológica	181
33.5.3.4. Preordenada	182
33.5.3.5. Resumo ilustrativo da embriaguez.....	182
33.6. EMOÇÃO E PAIXÃO.....	182
33.7. SEMI-IMPUTABILIDADE OU RESPONSABILIDADE DIMINUÍDA	183
33.7.1. Conceito	183
33.7.2. Requisitos.....	183
34. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	184

34.1. ERRO DE PROIBIÇÃO	184
34.2. ESPÉCIES DE ERRO DE PROIBIÇÃO.....	185
34.2.1. Inevitável ou escusável.....	185
34.2.2. Evitável ou inescusável	186
34.3. DESCRIMINANTE PUTATIVA POR ERRO DE PROIBIÇÃO OU ERRO DE PROIBIÇÃO INDIRETO.....	186
35. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	187
35.1. CONCEITO	187
35.2. CAUSAS DE EXCLUSÃO DA EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	187
35.2.1. Coação moral.....	187
35.2.1.1. Conceito de coação	187
35.2.1.2. Espécies de coação.....	187
35.2.1.3. Espécies de coação moral	187
35.2.1.4. Consequências da coação	187
35.2.2. Obediência hierárquica	188
35.2.2.1. Conceito de ordem de superior hierárquico.....	188
35.2.2.2. Espécies de ordem	188
35.2.2.3. Consequências.....	188
36. CONCURSO DE PESSOAS	190
36.1. NOMENCLATURA	190
36.2. ESPÉCIES DE CRIMES QUANTO AO CONCURSO DE PESSOAS	190
36.3. ESPÉCIES DE CRIMES PLURISSUBJETIVOS.....	190
36.4. ESPÉCIES DE CONCURSO DE PESSOAS.....	190
36.5. AUTORIA.....	190
36.5.1. Teorias sobre a autoria.....	191
36.5.2. Teoria adotada pelo Código Penal	191
36.6. FORMAS DE CONCURSO DE PESSOAS	192
36.6.1. Diferença entre autor e partícipe	192
36.6.2. Natureza jurídica do concurso de agentes.....	192
36.6.2.1. Teoria adotada quanto à natureza do concur- so de pessoas	192
36.6.2.2. Exceção pluralística	193
36.6.3. Natureza jurídica da participação.....	193
36.6.4. Autoria mediata.....	194

36.6.5. Requisitos do concurso de pessoas.....	195
36.6.5.1. Pluralidade de condutas.....	195
36.6.5.2. Relevância causal de todas as condutas.....	196
36.6.5.3. Liame subjetivo	196
36.6.5.4. Identidade de infração para todos.....	196
36.6.6. Formas de participação.....	196
36.7. CONCEITOS FINAIS.....	196
36.7.1. Autoria colateral	196
36.7.2. Autoria incerta.....	197
36.7.3. Autoria ignorada	197
36.7.4. Participação de participação.....	197
36.7.5. Participação sucessiva.....	197
36.7.6. Conivência ou participação negativa.....	197
36.8. PARTICIPAÇÃO IMPUNÍVEL	197
37. COMUNICABILIDADE E INCOMUNICABILIDADE DE ELEMENTARES E CIRCUNSTÂNCIAS	198
37.1. INTRODUÇÃO	198
37.2. CONCEITO DE ELEMENTAR E DE CIRCUNSTÂNCIA	198
37.2.1. Elementar	198
37.2.2. Circunstância	199
37.3. REGRA	199
37.4. CIRCUNSTÂNCIA ELEMENTAR	199
37.4.1. Espécies de circunstâncias.....	200
37.5. CONCURSO DE PESSOAS NO INFANTICÍDIO	200
37.6. QUALIFICADORA DA PROMESSA DE RECOMPENSA NO HOMICÍDIO.....	201
37.7. PARTICIPAÇÃO IMPUNÍVEL	201
38. SANÇÃO PENAL	202
38.1. PENA	202
38.1.1. Conceito	202
38.1.2. Finalidades	202
38.1.2.1. Teoria absoluta ou da retribuição.....	202
38.1.2.2. Teoria relativa, finalista, utilitária ou da prevenção..	202
38.1.2.3. Teoria mista, eclética, intermediária ou conciliação ..	202

38.1.3. Características	202
38.1.3.1. Legalidade	202
38.1.3.2. Anterioridade	203
38.1.3.3. Personalidade	203
38.1.3.4. Individualidade	203
38.1.3.5. Inderrogabilidade.....	203
38.1.3.6. Proporcionalidade.....	203
38.1.3.7. Humanidade	203
38.1.4. Classificação	203
39. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	204
39.1. ESPÉCIES.....	204
39.2. REGIMES PENITENCIÁRIOS	204
39.3. REGIMES PENITENCIÁRIOS DA PENA DE RECLUSÃO.....	204
39.4. REGIMES PENITENCIÁRIOS DA PENA DE DETENÇÃO	205
39.5. REGRAS DO REGIME FECHADO	205
39.5.1. Exame criminológico.....	205
39.5.2. Trabalho interno	205
39.5.3. Trabalho externo.....	206
39.6. REGRAS DO REGIME SEMIABERTO	207
39.6.1. Exame criminológico	207
39.6.2. Saída temporária	207
39.6.2.1. Saída temporária e monitoramento eletrônico.	209
39.6.3. Trabalho	210
39.6.4. Remição penal.....	210
39.7. REGRAS DO REGIME ABERTO	211
39.7.1. Requisitos	211
39.7.2. Condições	211
39.7.3. Casa do albergado.....	211
39.7.3.1. Ineficiência do Poder Executivo	211
39.7.4. Prisão-albergue domiciliar.....	211
39.7.5. Inexistência de casa do albergado na comarca	212
39.8. DIREITOS DO PRESO	212
39.8.1. Direito à vida	213
39.8.2. Direito à integridade física e moral.....	213
39.8.3. Direito à igualdade	213
39.8.4. Direito de propriedade	214

39.8.5. Direito à liberdade de pensamento e convicção religiosa	214
39.8.6. Direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem.....	214
39.8.7. Direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra abuso de poder.....	214
39.8.8. Direito à assistência jurídica.....	214
39.8.9. Direito à educação e à cultura	215
39.8.10. Direito ao trabalho remunerado	215
39.8.11. Direito à indenização por erro judiciário	215
39.8.12. Direito a alimentação, vestuário e alojamento com instalações higiênicas	215
39.8.13. Direito de assistência à saúde.....	215
39.8.14. Direito à assistência social	215
39.8.15. Direito à individualização da pena.....	216
39.8.16. Direito de receber visitas	216
39.8.17. Direitos políticos.....	216
39.9. SUPERVENIÊNCIA DE DOENÇA MENTAL.....	216
39.10. DETRAÇÃO PENAL.....	217
39.10.1. Conceito	217
39.10.2. Juízo da execução	217
39.10.3. Prisão provisória	217
39.10.4. Detração em pena de multa	217
39.10.5. Detração em penas restritivas de direitos	218
39.10.6. Prisão provisória em outro processo.....	218
39.10.7. Detração para fins de prescrição.....	218
39.10.8. Medida de segurança.....	218
39.10.9. Fundamentação	218
40. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	219
40.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	219
40.1.1. Conceito	219
40.1.2. Características	219
40.1.3. Duração	219
40.1.4. Exceção à regra legal do art. 55 do Código Penal	219
40.1.5. Cumulação	220

40.1.6. Espécies	220
40.1.7. Classificação	221
40.1.7.1. Genéricas	221
40.1.7.2. Específicas	221
40.1.8. Requisitos para a substituição, com as alterações promovidas pela Lei n. 9.714/98.....	221
40.1.8.1. Pena privativa de liberdade não superior a quatro anos	221
40.1.8.2. Crime não cometido com violência ou grave ameaça à pessoa	221
40.1.8.3. Réu não reincidente específico em crime doloso..	222
40.1.8.4. Quando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias, indicarem que essa substituição seja suficiente	222
40.1.9. Penas alternativas em crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos	222
40.1.10. Conversão da pena restritiva aplicada em substituição por pena privativa de liberdade.....	225
40.2. PENAS EM ESPÉCIE	225
40.2.1. Prestação pecuniária	225
40.2.2. Prestação inominada	226
40.2.3. Perda de bens e valores.....	226
40.2.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	226
40.2.5. Limitação de fim de semana	227
40.2.6. Interdição temporária de direitos	227
40.2.6.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública e de mandato eletivo.....	227
40.2.6.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, autorização ou licença do Poder Público ...	227
40.2.6.3. Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo	227
40.2.6.4. Proibição de frequentar determinados lugares (acrescentada pela Lei n. 9.714/98)	228

40.3. DESCUMPRIMENTO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS NA TRANSAÇÃO PENAL.....	228
40.4. NOVIDADES TRAZIDAS PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRA- SILEIRO	228
40.4.1. Diferenças entre a suspensão para dirigir do Código de Trânsito Brasileiro e a pena restritiva de direitos pre- vista no art. 47, III, do Código Penal	229
40.4.2. Crimes punidos com a nova modalidade de pena res- tritiva.....	230
40.4.3. Forma de aplicação da nova pena de suspensão ou proibição	230
40.4.4. Caráter não substitutivo – cumulação com pena priva- tiva de liberdade	230
40.4.5. Execução da interdição imposta	230
40.4.6. Impossibilidade de cumulação com a suspensão da habilitação prevista no Código Penal	230
40.4.7. Impossibilidade de aplicação da suspensão de habili- tação prevista no Código Penal também aos demais cri- mes do Código de Trânsito Brasileiro	231
40.4.8. Revogação da pena prevista no Código Penal	231
40.4.9. Aplicação cumulativa de pena privativa de liberdade e suspensão ou proibição para dirigir veículo	231
40.4.10. Efeito extrapenal da condenação	232
40.4.11. Execução da pena de suspensão ou proibição de dirigir ..	232
40.4.12. Inexistência de <i>bis in idem</i>	232
40.4.13. Reincidência específica	232
40.4.14. Efeitos da reincidência específica	232
40.4.15. Suspensão ou proibição cautelar	233
40.4.16. Livrar-se solto	233
40.4.17. Agravantes específicas.....	233
40.5. MULTA REPARATÓRIA	234
40.6. CAUSAS DE CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	234
40.6.1. Prestação de serviços à comunidade.....	234
40.6.2. Limitação de fim de semana	235
40.6.3. Interdição temporária de direitos	235

41. PENA DE MULTA	236
41.1. CRITÉRIO	236
41.2. COMO CALCULAR O VALOR?	236
41.3. COMO ENCONTRAR O NÚMERO DE DIAS-MULTA?.....	236
41.4. COMO FIXAR O VALOR DE CADA DIA-MULTA?	237
41.5. CORREÇÃO MONETÁRIA.....	237
41.5.1. Termo inicial para incidência da correção monetária ...	237
41.6. VALOR IRRISÓRIO	238
41.7. CONVERSÃO DA MULTA EM PENA DE DETENÇÃO	238
41.7.1. Como era a conversão da multa em pena de detenção	238
41.8. ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI N. 9.268, DE 1º DE ABRIL DE 1996.....	238
41.9. PROCEDIMENTO PREVISTO PARA EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	240
41.10. SURSIS EM CASO DE CONVERSÃO DA MULTA EM DETENÇÃO	241
41.11. SUPERVENIÊNCIA DE DOENÇA MENTAL.....	241
41.12. MULTA SUBSTITUTIVA.....	241
41.13. CUMULAÇÃO DE MULTAS.....	241
42. MEDIDAS DE SEGURANÇA	242
42.1. CONCEITO	242
42.2. FINALIDADE	242
42.3. SISTEMAS	242
42.4. PRESSUPOSTOS.....	242
42.4.1. Prática do crime	242
42.4.2. Periculosidade	243
42.5. ESPÉCIES DE MEDIDA DE SEGURANÇA	243
42.5.1. Medida de segurança detentiva ou internação.....	243
42.5.1.1. Desinternação	244
42.5.1.2. Local da internação	244
42.5.2. Medida de segurança restritiva ou tratamento ambu- latorial	244
42.5.2.1. Liberação	244
42.5.2.2. Lei de Drogas.....	244
42.6. SEMI-IMPUTÁVEL	245
42.7. INIMPUTABILIDADE DO MENOR DE 18 ANOS	245

42.8. COMPETÊNCIA PARA REVOGAR A MEDIDA DE SEGURANÇA.	245
42.9. RELATÓRIO PSIQUIÁTRICO DO ESTABELECIMENTO PENAL	245
42.9.1. Laudo sem fundamentação e impreciso.....	245
42.9.2. Procedimento para execução da medida de segurança	245
42.10. PRESCRIÇÃO E MEDIDA DE SEGURANÇA.....	246
43. APLICAÇÃO DA PENA	247
43.1. ELEMENTAR.....	247
43.2. CIRCUNSTÂNCIA.....	247
43.2.1. Classificação das circunstâncias	247
43.2.1.1. Circunstâncias, objetivas e subjetivas, judiciais e legais.....	247
43.3. PRIMEIRA FASE DA APLICAÇÃO DA PENA.....	247
43.3.1. Circunstâncias judiciais.....	247
43.3.1.1. Culpabilidade	248
43.3.1.2. Antecedentes.....	248
43.3.1.3. Conduta social	249
43.3.1.4. Personalidade	249
43.3.1.5. Motivos do crime.....	250
43.3.1.6. Circunstâncias e consequências do crime	250
43.3.1.7. Comportamento da vítima.....	250
43.3.2. Consequências das circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).....	250
43.3.3. Circunstâncias legais genéricas	251
43.4. SEGUNDA FASE DA APLICAÇÃO DA PENA.....	251
43.4.1. Parte A – circunstâncias genéricas agravantes	251
43.4.1.1. Reincidência	252
43.4.1.2. Motivo fútil.....	252
43.4.1.3. Motivo torpe	252
43.4.1.4. Finalidade de facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime	252
43.4.1.5. Traição, emboscada, dissimulação ou qualquer outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.....	253
43.4.1.6. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa	

resultar perigo comum	253
43.4.1.7. Contra ascendente, descendente, cônjuge ou irmão	253
43.4.1.8. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospi- talidade.....	254
43.4.1.9. Com abuso de poder ou violação de dever ine- rente a cargo, ofício, ministério ou profissão....	254
43.4.1.10. Contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	255
43.4.1.11. Quando o ofendido estava sob imediata prote- ção da autoridade	255
43.4.1.12. Em ocasião de incêndio, naufrágio, inunda- ção ou qualquer calamidade pública ou de des- graça particular do ofendido	255
43.4.1.13. Em estado de embriaguez preordenada.....	255
43.4.2. Agravantes genéricas do art. 62	255
43.4.2.1. Promover ou organizar a cooperação no crime .	255
43.4.2.2. Dirigir a atividade dos demais.....	256
43.4.2.3. Coagir ou induzir outrem à execução material do crime	256
43.4.2.4. Instigar ou determinar a cometer crime alguém que esteja sob sua autoridade ou não seja puní- vel em virtude de condição ou qualidade pessoal .	256
43.4.2.5. Executar o crime ou dele participar em razão de paga ou promessa de recompensa.....	256
43.4.3. Parte B – circunstâncias genéricas atenuantes	256
43.4.3.1. Ser o agente menor de 21 anos na data do fato	257
43.4.3.2. Ser o agente maior de 70 anos na data da sen- tença.....	257
43.4.3.3. Desconhecimento da lei	257
43.4.3.4. Motivo de relevante valor social ou moral	257
43.4.3.5. Ter o agente procurado, por sua espontânea von- tade e com eficiência, logo após o crime, evi- tar-lhe ou minorar-lhe as consequências	257
43.4.3.6. Reparação do dano até o julgamento.....	257
43.4.3.7. Praticar o crime sob coação resistível, obediên- cia de autoridade superior ou sob influência de	

violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.....	258
43.4.3.8. Confissão espontânea da autoria do crime perante a autoridade.....	258
43.4.3.9. Praticar o crime sob influência de multidão em tumulto, se não o provocou.....	258
43.4.4. Atenuantes inominadas.....	258
43.4.5. Consequências das agravantes e atenuantes genéricas.	259
43.5. TERCEIRA FASE DA APLICAÇÃO DA PENA.....	259
43.5.1. Parte A – causas de aumento e diminuição genéricas ..	259
43.5.1.1. Consequências das causas de aumento e diminuição	259
43.5.1.2. Circunstâncias legais especiais ou específicas..	260
43.5.1.3. Qualificadoras	260
43.5.2. Parte B – causas de aumento e diminuição da Parte Especial.....	260
43.5.2.1. Concurso entre agravantes e atenuantes	260
43.5.2.2. Concurso entre causas de aumento da Parte Geral e da Parte Especial.....	262
43.5.2.3. Concurso entre causas de diminuição da Parte Geral e da Parte Especial.....	263
43.5.2.4. Concurso entre causas de aumento situadas na Parte Especial	263
43.5.2.5. Concurso entre causas de diminuição previstas na Parte Especial	263
44. REINCIDÊNCIA	264
44.1. CONCEITO	264
44.2. NATUREZA JURÍDICA	264
44.3. INCOMUNICABILIDADE	264
44.4. PRIMARIEDADE TÉCNICA.....	264
44.5. CONTRAVENÇÃO ANTERIOR E POSTERIOR	264
44.6. REABILITAÇÃO CRIMINAL	264
44.7. PROVA DA REINCIDÊNCIA.....	264
44.8. CONDENAÇÃO NO ESTRANGEIRO	264
44.9. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RELAÇÃO AO CRIME ANTERIOR	265

44.10. MULTA ANTERIOR	265
44.11. EFEITOS	265
44.12. OCORRÊNCIA	266
44.13. PERDÃO JUDICIAL	267
44.14. PRESCRIÇÃO DA REINCIDÊNCIA	267
44.15. SISTEMA DA TEMPORARIEDADE DA REINCIDÊNCIA	267
44.16. CRIMES QUE NÃO INDUZEM A REINCIDÊNCIA	267
44.17. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA	267
45. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	269
45.1. ORIGEM	269
45.2. CONCEITO	269
45.3. NATUREZA JURÍDICA	269
45.3.1. Direito público subjetivo do acusado	269
45.3.2. Forma de execução da pena	269
45.3.3. Pena efetiva	269
45.4. SISTEMAS	270
45.4.1. Anglo-americano	270
45.4.2. Belga-francês	270
45.5. REQUISITOS	270
45.5.1. Objetivos	270
45.5.2. Subjetivos	270
45.6. CRIME HEDIONDO	271
45.7. ESPÉCIES DE SURSIS	271
45.7.1. Etário	271
45.7.2. Simples	272
45.7.3. Especial	272
45.8. PERÍODO DE PROVA	273
45.9. CONDIÇÕES DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	273
45.10. SURSIS INCONDICIONADO	273
45.11. REVOGAÇÃO DO SURSIS	274
45.11.1. Revogação obrigatória	274
45.11.2. Revogação facultativa	274
45.12. PRORROGAÇÃO E EXTINÇÃO AUTOMÁTICAS	274
45.13. CONFLITO	275
45.13.1. Procedimento do juiz	275

45.14. INSUBSTÂNCIA DAS CONDIÇÕES DURANTE A PRORROGAÇÃO	276
45.15. AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA.....	276
45.15.1. Não comparecimento do sentenciado à audiência admonitória	276
45.16. SURSIS E REVELIA.....	276
45.17. EXTINÇÃO SEM OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	276
45.18. REVOCAGÃO SEM OITIVA DO SENTENCIADO	277
45.19. SURSIS PARA ESTRANGEIRO	277
45.20. HABEAS CORPUS PARA PLEITEAR SURSIS	277
45.21. DUPLA CONCESSÃO AO MESMO RÉU EM PROCESSOS DISTINTOS	277
46. LIVRAMENTO CONDICIONAL	278
46.1. CONCEITO.....	278
46.2. NATUREZA JURÍDICA	278
46.3. DISTINÇÃO COM O SURSIS	278
46.4. REQUISITOS.....	278
46.4.1. Objetivos	278
46.4.2. Subjetivos	279
46.4.3. Procedimentais	279
46.5. CONDIÇÕES DO LIVRAMENTO.....	280
46.5.1. Obrigatórias – art. 132, § 1º, da Lei de Execução Penal ..	280
46.5.2. Facultativas – art. 132, § 2º, da Lei de Execução Penal	280
46.5.3. Judiciais.....	280
46.5.4. Condições legais indiretas.....	280
46.6. REVOGAÇÃO DO LIVRAMENTO	280
46.6.1. Obrigatória.....	280
46.6.2. Facultativa.....	281
46.6.3. Opções do juiz na revogação facultativa	281
46.7. CAUSAS DE REVOGAÇÃO JUDICIAIS	281
46.8. CAUSAS DE REVOGAÇÃO LEGAIS	281
46.9. EFEITOS DA REVOGAÇÃO DO LIVRAMENTO	281
46.9.1. Por crime praticado durante o benefício.....	281
46.9.2. Por crime anterior ao benefício.....	282
46.9.3. Por descumprimento das condições impostas.....	282

46.9.4. Extinção da pena	283
46.10. LIVRAMENTO CONDICIONAL ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO	283
46.11. EXAME CRIMINOLÓGICO	283
46.12. <i>HABEAS CORPUS</i>	284
46.13. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.....	284
46.14. ESTRANGEIRO	284
47. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	285
47.1. PRINCIPAIS	285
47.2. SECUNDÁRIOS	285
47.2.1. De natureza penal	285
47.2.2. De natureza extrapenal	285
47.3. EFEITOS EXTRAPENALIS	285
47.3.1. Efeitos extrapenais genéricos.....	285
47.3.1.1. Tornar certa a obrigação de reparar o dano causado pelo crime	285
47.3.1.2. Confisco pela União dos instrumentos do crime, desde que seu uso, porte, detenção, alienação ou fabrico constituam fato ilícito	286
47.3.1.3. Confisco pela União do produto e do proveito do crime	287
47.3.1.4. Suspensão dos direitos políticos, enquanto durar a execução da pena	287
47.3.2. Efeitos extrapenais específicos	287
47.3.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, em duas hipóteses	287
47.3.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra filho, tutelado ou curatelado	288
47.3.2.3. Inabilitação para dirigir veículo	288
48. REABILITAÇÃO	289
48.1. CONCEITO	289
48.2. NATUREZA JURÍDICA	289
48.3. CONSEQUÊNCIAS	289

48.4. PRESSUPOSTOS.....	289
48.5. REVOGAÇÃO	289
48.6. COMPETÊNCIA PARA A CONCESSÃO.....	290
48.7. RECURSO CABÍVEL.....	290
48.8. PROVIMENTO N. 5/81 DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	290
48.9. MORTE DO REABILITANDO	290
48.10. REINCIDÊNCIA	290
48.11. REABILITAÇÃO NEGADA	290
48.12. POSTULAÇÃO.....	290
48.13. DIREITO À CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA	290
49. CONCURSO DE CRIMES.	291
49.1. CONCEITO	291
49.2. CONCURSO DE PESSOAS.....	291
49.3. CONCURSO APARENTE DE NORMAS	291
49.4. CONCURSO DE CRIMES	291
49.5. SISTEMAS	291
49.6. ESPÉCIES	291
49.6.1. Concurso material ou real	291
49.6.1.1. Conceito	291
49.6.1.2. Espécies	291
49.6.1.3. Aplicação de penas.....	292
49.6.2. Concurso formal ou ideal	292
49.6.2.1. Conceito	292
49.6.2.2. Espécies	292
49.6.2.3. Aplicação da pena.....	292
49.6.2.4. Teorias	293
49.6.2.5. Teoria adotada pelo Código Penal	293
49.6.3. Crime continuado.....	293
49.6.3.1. Conceito	293
49.6.3.2. Espécies	293
49.6.3.3. Aplicação da pena.....	293
49.6.3.4. Natureza jurídica	294
49.6.3.5. Teoria adotada – ficção jurídica	294
49.6.3.6. Requisitos.....	294

49.6.3.7. Teorias sobre a unidade de desígnio	294
49.6.3.8. Teoria adotada pelo Código Penal	294
49.6.3.9. Jurisprudência	295
49.6.3.10. Distinção entre crime continuado e habitualidade criminosa.....	296
49.6.3.11. Condições semelhantes	296
49.6.3.12. Crime continuado entre delitos culposos.....	298
49.7. Súmulas	298
50. LIMITES DE PENAS	299
50.1. INTRODUÇÃO.....	299
50.2. NOVA CONDENAÇÃO.....	299
51. CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	301
51.1. CONCEITO	301
51.2. MORTE DO AGENTE	301
51.3. ANISTIA, INDULTO E GRAÇA	301
51.3.1. Anistia.....	301
51.3.1.1. Conceito.....	301
51.3.1.2. Espécies	301
51.3.1.3. Competência	302
51.3.1.4. Revogação	302
51.3.1.5. Efeitos.....	302
51.3.2. Indulto e graça em sentido estrito	302
51.3.2.1. Conceito	302
51.3.2.2. Competência	302
51.3.2.3. Efeitos.....	303
51.3.2.4. Formas	303
51.3.2.5. Indulto condicional.....	303
51.3.2.6. Recusa da graça ou indulto.....	303
51.3.2.7. Procedimento.....	303
51.3.2.8. Momento de concessão do indulto.....	304
51.4. LEI POSTERIOR QUE DEIXA DE CONSIDERAR O FATO CRIMINOSO – <i>ABOLITIO CRIMINIS</i>.....	304
51.5. RENÚNCIA AO DIREITO DE QUEIXA.....	305
51.5.1. Conceito	305
51.5.2. Oportunidade	305

51.5.3. Cabimento.....	305
51.5.4. Formas.....	305
51.5.5. Recebimento de indenização.....	305
51.5.6. Ofendido maior de 18 e menor de 21 anos	305
51.5.7. Queixa oferecida contra um dos ofensores – há duas posições	306
51.5.8. Morte do ofendido.....	306
51.5.9. Crimes de dupla subjetividade passiva.....	306
51.6. PERDÃO DO OFENDIDO	306
51.6.1. Conceito	306
51.6.2. Distinção.....	307
51.6.3. Cabimento.....	307
51.6.4. Oportunidade	307
51.6.5. Formas.....	307
51.6.6. Titularidade da concessão do perdão	307
51.6.7. Aceitação do perdão	307
51.6.8. Formas de aceitação do perdão	307
51.6.9. Efeitos do perdão aceito	308
51.6.10. Comunicabilidade	308
51.7. PEREMPCÃO	308
51.7.1. Conceito	308
51.7.2. Cabimento.....	308
51.7.3. Oportunidade	308
51.7.4. Hipóteses.....	308
51.8. RETRATAÇÃO DO AGENTE.....	309
51.8.1. Conceito	309
51.8.2. Casos em que a lei a permite	309
51.8.3. Oportunidade	309
51.8.4. Comunicabilidade	310
51.9. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE – A REVOGAÇÃO DO ART. 107, VII E VIII, DO CÓDIGO PENAL PELA LEI N. 11.106, DE 28 DE MARÇO DE 2005	310
51.10. PERDÃO JUDICIAL	311
51.10.1. Conceito	311
51.10.2. Faculdade	311
51.10.3. Distinção.....	311

51.10.4. Extensão.....	311
51.10.5. Hipóteses legais	311
51.10.6. Natureza jurídica da sentença concessiva.....	312
51.11. DECADÊNCIA.....	313
51.11.1. Conceito	313
51.11.2. Efeito.....	313
51.11.3. Prazo decadencial	313
51.11.4. Crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa	314
51.11.5. Titularidade do direito de queixa ou de representação. 315	315
51.11.6. Decadência no crime continuado e no crime habitual .. 315	315
51.11.7. Não interrupção	315
51.12. PRESCRIÇÃO	315
51.12.1. Introdução.....	316
51.12.2. Conceito	316
51.12.3. Natureza jurídica	316
51.12.4. Fundamentos	316
51.12.5. Diferença entre prescrição e decadência.....	317
51.12.6. Imprescritibilidade	317
51.12.7. Espécies de prescrição.....	317
51.12.7.1. Prescrição da Pretensão Punitiva (PPP)	317
51.12.8. Prescrição da Pretensão Executória (PPE)	331
51.12.8.1. Conceito	331
51.12.8.2. Efeitos.....	331
51.12.8.3. Termo inicial	331
51.12.8.4. Distinção entre Prescrição da Pretensão Pu- nitiva superveniente e Prescrição da Pre- tensão Executória	332
51.12.8.5. Contagem do prazo.....	332
51.12.8.6. Causas interruptivas.....	332
51.12.8.7. Causas suspensivas	332
51.12.8.8. Diminuição do prazo prescricional	333
51.12.9. Prescrição da pena de multa	333
51.12.9.1. Termo inicial da prescrição da pena de multa . 334	334
51.12.9.2. Aumento do prazo prescricional.....	334
51.12.10. Prescrição na legislação especial.....	335

51.12.10.1. Abuso de autoridade	335
51.12.10.2. Crimes contra a Segurança Nacional.....	335
51.12.10.3. Contravenções	336
51.12.10.4. Crimes contra a economia popular	336
51.12.10.5. Crimes eleitorais.....	336
51.12.10.6. Crimes falimentares	336
51.12.10.7. Crimes de imprensa.....	336
51.12.10.8. Crimes militares.....	336
51.12.11. Prescrição retroativa na legislação especial	337
51.12.11.1. Abuso de autoridade	337
51.12.11.2. Crimes falimentares	337
51.12.11.3. Crimes de imprensa	338
Referências	339